

Às vezes só podíamos chorar junto

*Cristina Scheibe Wolff**

*Tamy Amorim da Silva***

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Entrevista com Margarida Bulhões Pedreira Genevois

Palavras-chave: Direitos humanos. Resistência. Ditadura

A convite da Revista *Anuário de Literatura* tivemos o prazer de entrevistar Margarida Bulhões Pedreira Genevois, que prontamente aceitou o convite para falar sobre sua trajetória de vida marcada pela luta pelos direitos humanos no Brasil¹. Além de responder nossas perguntas, Margarida nos enviou materiais diversos como: discursos, entrevistas a jornais e um DVD – contando sobre sua vida em função da comemoração de seu aniversário de 90 anos – que nos permitiram escrever sobre sua

* Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. É, também, uma das coordenadoras da Revista Estudos Feministas.

**Apoio Técnico-CNPq do Laboratório de Estudos de Gênero e História. Graduada em História Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ A entrevista foi realizada por correio eletrônico no período entre 20 de março e 04 de abril de 2013.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

história. Para além da publicação nessa revista, a trajetória de Margarida Genevois nos conta sobre um período crítico de nossa história recente, e também sobre uma mulher forte e determinada que lutou contra os desmandos da ditadura, por meio da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, e que ainda atua em defesa dos Direitos Humanos, agora como voluntária em ONGs.

No presente, as discussões sobre a questão da participação de civis nas ações repressivas da Ditadura Militar têm suscitado muitos debates, envolvendo a Comissão da Verdade e mesmo a proposição de que se passe a usar o título Ditadura Civil-Militar para designar o regime pelo qual o Brasil passou entre 1964 e 1985.² Sem querer entrar nesta discussão, apenas queremos assinalar que esta entrevista, e especialmente a trajetória de Margarida Genevois nos mostra a resistência civil, proveniente de vários setores sociais, mesmo alguns normalmente associados ao Golpe Militar e ao Governo Ditatorial.

Nosso interesse na entrevista e nesta temática se inscreve no projeto de pesquisa realizado pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História sobre o gênero na resistência a ditadura no Cone Sul, que aborda, entre outros assuntos, a atuação de mulheres em movimentos em prol dos Direitos Humanos.³

A trajetória de Margarida B. Pedreira Genevois é marcada por sua postura e ação em prol dos Direitos Humanos nos diferentes momentos de sua vida.

Nascida no Rio de Janeiro, em uma família de classe média de importantes advogados, Margarida, adquiriu gosto pela leitura e pela justiça. Estudou Biblioteconomia, Sociologia Política e Enfermagem Samaritana de guerra, que foram concluídos em momentos distintos de sua vida. Casou-se com o engenheiro francês Lucien Eugène Antonin

² Sobre esta polêmica ver ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru – SP: EDUSC, 2005 e FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, p.29-60 – 2004.

³ Trata-se do projeto “O gênero da resistência na luta contra as ditaduras militares no Cone Sul 1964-1989” que tem auxílio pesquisa do CNPq.

Genevois, diretor da companhia Rhodia Brasileira e encarregado na década de 1940 da construção de uma usina de álcool e produtos químicos na Fazenda São Francisco, em Campinas.⁴ Com ele teve quatro filhos: Marie Louise, Rose Marie, Anne Marie e Bernard.

Durante quase duas décadas (de 1944, quando se casou, até meados de 1960), Margarida se dedicou à sua família e também às dos funcionários da Fazenda que, por diversos motivos, recorriam a Margarida para pedir auxílio – nessa fazenda moraram mais de 2.500 pessoas. Então, logo nos primeiros anos ela organizou um posto de puericultura, que atendia crianças e dava orientações de saúde e higiene aos pais. Também auxiliou na criação de uma creche que recebia crianças com quadros de subnutrição, pois percebeu que “era comum a morte de recém-nascidos”.⁵ Nesse período, chegou a editar um jornal mensal chamado “Correio Feminino” – que teve 60 edições – voltado para as mulheres que trabalhavam na Fazenda São Francisco como: receitas, moda, educação, higiene.

Após anos de dedicação na Fazenda São Francisco, seu esposo se aposentou da empresa Rhodia, e foram morar em São Paulo, onde integrou a Comissão de Justiça Paz,⁶ e passou a se dedicar à causa dos direitos humanos. Essa comissão criada em 1972,⁷ formou-se em torno do Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, que não somente criou a Comissão, mas que esteve envolvido profundamente com as denúncias de tortura e desaparecimentos, assim como no Projeto Brasil nunca Mais⁸. Foi D. Paulo Evaristo Arns que convidou e selecionou

⁴ *Ibidem*, p. 192.

⁵ LUCENA, Eleonora de. Os pobres ainda são esmagados pela injustiça, diz ex-assessora de Arns. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 mar. 2013.

⁶ As Comissões de Justiça e Paz foram promovidas nas encíclicas: *Pacem in terris*, 1963, e *Populorum progressio*, 1967; e também na II Conferência do Episcopado Latino-americano em Medellín, ocorrida em 1968.

⁷ Em 1975, a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo adquiriu personalidade Jurídica.

⁸ O Projeto Brasil Nunca Mais, reproduziu a totalidade dos processos que chegaram até o Superior Tribunal Militar começou em agosto de 1979 e estendeu-se até março de 1985, no total de 707 processos. Seu objetivo: “revelar a consciência à nacional, com luzes de denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo os porões [...]”. (ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. 16. ed. Petropolis: Vozes, 1985. p. 26)

as pessoas que faziam parte da Comissão, pois naquele momento de terror causado pelos órgãos de repressão, as/os integrantes tinham que ser pessoas cautelosas, “de alto nível moral, qualificação profissional e de representatividade nos diferentes setores sociais [...]”.⁹ Margarida foi convidada por Fabio Konder Comparato¹⁰ para integrar a Comissão logo no início, em 1972, pois costumava frequentar a Igreja de São Domingos, onde atuavam dominicanos como Frei Betto e Frei Tito, que tinham uma postura clara de resistência à ditadura.¹¹ Teve participação ativa e funções diferenciadas dentro do grupo: atendeu voluntariamente as pessoas que iam buscar amparo e informações, foi presidenta da Comissão duas vezes (1982-1986, 1990-1994), vice-presidenta; secretária, tesoureira; fez viagens em nome da Comissão; representou e ampliou a luta da Comissão em nome de Dom Paulo Evaristo Arns e de todos que de formas distintas foram prejudicados pela ditadura civil militar.

Margarida foi homenageada por sua importância na luta pelos Direitos Humanos, recebendo vários títulos: O primeiro em 1980, a medalha “L’ordre National du Mérit” da França, e do Brasil recebeu: Medalha Rio Branco, e o Premio de Educação em Direitos Humanos em 2004, o Título de Cidadã Paulistana em 2008, entre outros.

Cristina Scheibe Wolff e Tamy Amorim da Silva: Onde você nasceu e como era sua família?

Margarida Bulhões Pedreira Genevois: Nasci no Rio de Janeiro, bairro de Botafogo, família de classe média. Minha mãe, Carmen nasceu no Maranhão. Meu avô, João Costa Rodrigues foi estudar engenharia no Rio, onde a família se fixou. Meu avô paterno, José Luiz Bulhões Pedreira, desembargador, era de origem portuguesa. Os Bulhões chegaram ao Rio

⁹ FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. *Op. Cit.* 2005, p. 31.

¹⁰ Jurista e membro da Comissão de Justiça e Paz.

¹¹ BALBI, Marília, ANSELMINI, Alessandra. Margarida Genevois, 90 anos, uma mulher ímpar. REVISTA PORTAL de Divulgação (São Paulo), 30, Ano III, mar.2013, p. 65-72. Disponível em <http://portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php/revistaportal/article/viewFile/333/354>, Consulta em 02/05/2013.

com os fundadores da cidade no século XVI. A maioria de meus tios tanto do lado materno quanto paterno eram advogados.

Cristina e Tamy: Gostaria de nos contar algo sobre sua formação e juventude?

Margarida: Meu pai, Mario, advogado criminalista, era um orador brilhante e eu tinha, desde pequena, grande orgulho dele. Vivi sempre num ambiente onde DIREITOS – JUSTIÇA eram como algo sagrado, acima dos partidos políticos, religião ou interesses particulares.

Cristina e Tamy: Como começou a sua luta em prol dos direitos humanos?

Margarida: Na minha infância não se falava em [D]ireitos Humanos, mas em caridade, justiça, amor ao próximo.

(Dessa forma Margarida associa sua formação católica e as atividades de caridade e filantropia com sua posterior militância e trabalho pelos direitos humanos.)

Cristina e Tamy: Que coisas aconteceram para que passasse a lutar contra a ditadura?

Margarida: Quando vim morar em São Paulo passei a fazer parte do grupo da ACI, Ação Católica dos Meios Independentes, a frequentar os padres dominicanos que na época tinham grupos de reflexão, para aprofundar a Teologia da Libertação, os documentos do Concílio com a reflexão da realidade pelo método VER JULGAR E AGIR: viver os princípios do cristianismo na vida do dia a dia. Nestes contatos tomei conhecimento de uma realidade que não se tinha comumente conhecimento: prisões, torturas, desaparecimentos e assassinatos que nunca saíram nos jornais.

Cristina e Tamy: Algum parente, amigo ou amiga seu/sua foi preso?

Margarida: Minha filha foi presa num encontro estudantil e esteve presa três dias no DOPS de São Paulo, em 1966.

Cristina e Tamy: Quais pessoas a influenciaram para participasse da resistência?

Margarida: Um sentimento cristão de defesa dos injustiçados e perseguidos motivou meu interesse, não um partido político. Não sou nem nunca fui filiada a nenhum partido político. Pessoas que eu admirava me influenciaram. Entre elas: os dominicanos frei Chico Araujo, Bernardo Catão, Jean Cardonnel. E também D. Paulo Arns, D. Helder Camara, os advogados José Carlos Dias, Dalmo Dallari, Fabio Comparato, Marco Antonio Barbosa, Belisário dos Santos Junior e muitos outros que tive ocasião de conhecer.

Cristina e Tamy: Como entrou para a Comissão de Justiça e Paz? Como funcionava?

Margarida: D. Paulo pediu a Fabio Comparato que encontrasse uma mulher para fazer parte da Comissão Justiça e Paz, fundada por ele nesta época (1972). Pelos estatutos era necessária a participação de uma mulher. Eu não conhecia D. Paulo, nem os outros membros da Comissão, quase todos advogados. Conforme o estatuto, também tomavam parte da Comissão um estudante e um operário. No início, as reuniões se faziam na modesta casa de D. Paulo na rua Moca, no Sumaré. Como a sala era muito próxima da rua, o grupo se reunia na cozinha que dava para os fundos da casa. As reuniões eram a princípio uma vez por mês, com reuniões extras quando havia um acontecimento grave. Anos mais tarde as reuniões passaram a ser na Cúria, na sala de D. Paulo.

Gostaria de acrescentar que o meu trabalho na CJP e de todos os seus membros era voluntário. Mesmo as viagens que fazia pela Comissão à Europa, para fazer denúncias e angariar fundos eram por mim financiadas. Apenas quando ia representando D. Paulo a congressos e seminários essas viagens eram financiadas pelas entidades organizadoras dos eventos. Todos nós trabalhávamos movidos por ideal cristão em prol da Justiça e da Paz.

Cristina e Tamy: Que tipo de denúncias eram feitas à Comissão e como as pessoas chegavam até vocês?

Margarida: As pessoas perseguidas procuravam D. Paulo pedindo auxílio e ele as encaminhava aos advogados amigos. O número destas

peçoas aumentou muito a partir de 1973 e D. Paulo pediu que alguém da Comissão o ajudasse nesse atendimento. Como eu era a peçoas mais “liberada” passei a dar plantão na Cúria, uma tarde por semana; meu plantão foi crescendo para dois dias, depois três e, finalmente, todos os dias da semana, manhãs e tardes. As peçoas que nos procuravam eram familiares de presos, de desaparecidos, ex- presos denunciando torturas e maus tratos. Eram sempre peçoas aflitas, desesperadas, sem ter a quem recorrer. NUNCA perguntamos a ninguém: De que partido você é? Ou qual é a sua religião? Eram para nós peçoas sofridas nos pedindo socorro e que não tinham mais ninguém a quem recorrer. Quando o caso era muito grave eu pedia à peçoas que não me dissesse seu verdadeiro nome, mas um codinome. Tinha muito medo de ser presa e torturada e ser obrigada a denunciar alguém.

Cristina e Tamy: O que a Comissão fazia?

Margarida: Os advogados faziam o que podiam dentro dos limites da Lei da Segurança Nacional, AI5. Nossa parte, junto com os outros membros da Comissão Justiça e Paz era também dar um apoio psicológico, resolver pequenos problemas pessoais, sobretudo apoio moral. Às vezes só podíamos chorar junto.

Cristina e Tamy: Você foi presa ou perseguida pela repressão? Sentiu-se constrangida ou ameaçada em alguma situação?

Margarida: Felizmente, não fui presa. Houve algumas ameaças por telefone ou carta, mas muito poucas e não passaram disto. D. Paulo recomendou certa ocasião que eu nunca saísse sozinha, mas logo me esqueci disto.

Cristina e Tamy: Participou de eventos e de associações de familiares?

Margarida: Participei, com minhas filhas, de várias manifestações pela Anistia, pela volta dos exilados do exterior, pela democracia, etc.

Cristina e Tamy: Circulavam informações sobre as perseguições políticas e sobre as ditaduras nos outros países? Tiveram intercâmbio com outras organizações?

Margarida: Era importante na época que fosse conhecido o que se passava na ditadura brasileira. Toda uma rede de contatos difundia imediatamente a prisão, morte ou desaparecimento de alguém. As entidades no exterior protestavam contra estes fatos junto às embaixadas brasileiras, colocavam as notícias nos jornais. Estas medidas salvaram com certeza muitas pessoas.

A Comissão Justiça e Paz tinha contatos sobretudo com entidades católicas como o CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS (Genève) – COMMITÉ CATHOLIQUE CONTRE LA FAIM ET POUR LE DÉVELOPPEMENT (France) ADVENIAT (Alemanha) NOVIB (HOLANDA) que durante muitos anos nos deram muito apoio.

Cristina e Tamy: O fato de ser mulher influenciou de alguma forma o seu envolvimento com a causa dos Direitos Humanos? Dificultou, facilitou?

Margarida: As mulheres tiveram um papel importante na resistência à ditadura. Por trás dos bastidores, discretamente, foram corajosas e eficientes.

Cristina e Tamy: Você teve oposição a sua atuação na Comissão ou em outros espaços por parte de sua família ou marido?

Margarida: Meu marido, que era francês, tinha muito medo que eu fosse presa e das consequências que o fato traria para a família e seu trabalho, sendo ele estrangeiro. Não foi fácil viver dividida entre os laços familiares e a obrigação de consciência de ser coerente com o que acreditava.

Cristina e Tamy: A senhora se diria também uma feminista?

Margarida: Não podia deixar de defender os direitos das mulheres. Durante mais de 10 anos fiz parte do CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES, desde sua fundação, quando era presidente Ruth Escobar. As mulheres sofrem discriminações, injustiças e violências, diariamente na nossa sociedade – mas minha luta é mais ampla: é a defesa dos Direitos Humanos que compreendem os direitos das Mulheres mas também os Direitos de todos os seres humanos, sem nenhuma distinção de sexo, cor, posição social, religião ou partido político.

Cristina e Tamy: Por favor, conte-nos algumas histórias que presenciou enquanto estava na Comissão de Justiça e Paz que ficaram marcadas em sua memória.¹²

Margarida: “Como a maioria das pessoas eu não tinha antes noção exata da realidade, dos porões e das sombras. Os relatos trazidos pelos advogados da comissão eram estarrecedores. As histórias contadas pelos que compareciam à Cúria eram dilacerantes: mães desesperadas a procura de filhos, pais, maridos, irmãos desaparecidos ou incomunicáveis em alguma prisão; ex-presos que relatavam as torturas sofridas”

“Lembro-me do rapaz, muito moço, que levantou a camisa para mostrar as costas marcadas por chicotadas. E também de outros, muitos, que não conseguiam falar porque a emoção embargava a voz, ou porque a vergonha da dignidade ferida os impedia de contar o que tinham vivido. Lembro-me o calvário sem fim das famílias batendo de porta em porta – dos quartéis, prisões, delegacias – à procura dos seus, e a sua esperança do encontro, ou ao menos de uma pista que mostrasse que estavam vivos.”

“Quando contava ao meu redor as coisas que ouvia, algumas pessoas me diziam “isso não pode ser verdade, são histórias inventadas por esquerdistas.” A lembrança desses dramas sangra ainda o coração, mas deles dou o testemunho, por que presenciei.”

[Entrevista recebida em maio de 2013 para compor a corrente edição especial]

Referências

ARNES, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ABRAÇANDO Margarida. DVD, (20 min.), son., color.

¹² A pedido da entrevistada, organizamos esta resposta com trechos do seu Discurso de obtenção do Título de Cidadania Paulistana a Margarida Genevois. 26 de Setembro de 2008. (Acervo Margarida Genevois).

Discurso de obtenção do Título de Cidadania Paulistana a Margarida Genevois. 26 de Setembro de 2008. (Acervo Margarida).

FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. *Justiça e Paz- memórias da Comissão de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LUCENA, Eleonora de. Os pobres ainda são esmagados pela injustiça, diz ex-assessora de Arns. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 mar. 2013.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru – SP: EDUSC, 2005.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

BALBI, Marília e ANSELMINI, Alessandra. Margarida Genevois, 90 anos, uma mulher ímpar. *Revista Portal de Divulgação* (São Paulo), 30, Ano III, mar.2013, p. 65-72. Disponível em: <http://portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php/revistaportal/article/viewFile/333/354>, Acesso em: 02 maio 2013.

Sometimes we could only cry together

Abstract: Interview with Margarida Bulhões Pedreira Genevois.

Keywords: Human Rights. Resistance. Dictatorship

